

Camponeses e Abastecimento Interno na Colônia: algumas reflexões

Fabiano Coelho¹
UFMS/CPTL

Resumo: O objetivo deste texto é problematizar algumas questões que envolvem os camponeses e o abastecimento interno na América Portuguesa. Em meio ao contexto colonial existiam os trabalhadores rurais livres que, por muito tempo, tiveram suas faces escondidas pela historiografia tradicional brasileira. Estes camponeses, entretanto, desempenharam um papel relevante na questão do abastecimento interno da Colônia, principalmente com a produção de gêneros alimentícios. Ficando às margens das grandes propriedades, os camponeses provedores de alimentos poderiam ser considerados como a retaguarda das atividades latifundiárias.

Palavras-chave: camponês, abastecimento interno, Colônia.

Abstract: The objective of this text is to analyse some questions about the peasant and the internal supply in the Portuguese America. In the colonial context there were free rural workers that for a long time had their faces hired from the brasilian historiografic. These people had an important part in the internal supply of the colony mainly with nutritious goods. Being in the margins of the great properties, the small peasants of victuals could be considered as the activities landowners rearguard.

Keywords: peasant, internal supply, Colony.

Introdução

Quando se discutem temas que abordam a composição da sociedade na América Portuguesa, não é difícil tratar assuntos pautados nas figuras emblemáticas do senhor e do escravo. Costumeiramente, pelo menos de modo superficial, muitos já ouviram

¹ Acadêmico do 4º ano de História

dizer ou já até leram acerca da tensão referente à relação entre cativos e senhores, como era a vida nos engenhos, entre outros grandes temas. Mas será que eram apenas essas as únicas relações que permeavam o contexto colonial?

Partindo dessa perspectiva, refletiremos e problematizaremos o seguinte: a Colônia portuguesa não se compunha apenas de escravos e senhores, mas de uma gama de indivíduos que usavam variadas alternativas de sobrevivência. O enfoque deste trabalho incidirá sobre os trabalhadores rurais livres que, a partir da agricultura de subsistência, tiveram um papel fundamental no abastecimento interno da Colônia, mesmo com tantas adversidades provenientes de sua marginalização em relação às grandes propriedades que se dedicavam à lavoura de exportação.

Permeando este estudo, é interessante observar como a historiografia brasileira tem se dedicado a estudar os sujeitos que praticavam a atividade camponesa e suas relações em meio ao contexto colonial. Estes sujeitos por vezes não mereceram uma devida atenção, sendo interpretados e rotulados de diversas maneiras. A agricultura de subsistência e a prática camponesa na Colônia ainda permanecem com uma face obscura, necessitando de estudos e pesquisas. Partindo desse pressuposto, este artigo, a partir de uma análise bibliográfica, busca compreender as práticas camponesas, alguns mecanismos de sua formação e também suas relações com a aristocracia dominante.

Os camponeses na historiografia brasileira

No início de sua colonização, a América Portuguesa fora dividida nas chamadas Sesmarias, nome dado às doações de grandes latifúndios para que fossem explorados economicamente, principalmente na costa brasileira com a monocultura do açúcar. Esse fato vai ao encontro das palavras de José Graziano da Silva que nos diz: *“Dessa forma, em espaço relativamente curto, principalmente as costas do Brasil logo foram inteiramente divididas em imensos latifúndios, quase não restando mais terras sem dono.”* (SILVA, 1980, p.15) Caio Prado Junior, examinando essa mesma questão, observa:

É nisso que consiste essencialmente a nossa questão agrária [...] a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão de uma pequena maioria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada a terra e obrigada a nela exercer sua atividade tirando daí o seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar em nível adequado de subsistência. (apud SILVA, 1980, p.01)

É interessante como Prado Jr. nos remete a pensar a questão agrária na Colônia, onde a grande maioria da população rural necessitava da terra para tirar seu sustento, mas era privada de seu uso devido a concentração de latifúndios nas mãos de uma minoria aristocrática.

Nota-se que a Colônia portuguesa foi dividida em grandes lotes no início de sua colonização. Esse fato pode ser explicado em função dos interesses mercantis europeus. Sobre essa questão, Fernando Novais (1984) descreve como a colônia passa a ser um empreendimento comercial que se enquadrava no sistema de interesses da metrópole e da burguesia mercantil. Emilia Viotti da Costa (1985) pontua como o Brasil foi organizado enquanto uma empresa colonial, observando que este fato foi resultante de uma aliança entre a burguesia mercantil, a Coroa e a nobreza. Logo, a política de terras na Colônia respondia aos interesses econômicos e políticos desses grupos dominantes. A autora ressalta que a legislação relativa à propriedade da terra baseava-se na política rural de Portugal, que ainda mantinha traços medievais.

Conforme demonstra Viotti da Costa na mesma obra, os agentes da Coroa eram os responsáveis pelas doações de terras para todos aqueles que desejassem nelas se estabelecer, de acordo com seus méritos e cabedais. Em suma, essas doações constituíam uma espécie de favor pessoal, em que os receptores das terras tinham necessariamente que ter grandes recursos para explorá-las. Nesta lógica, eram minadas as oportunidades da população rural livre, que não era rica e nem tinha prestígio social para ter legalmente acesso à posse de terras. Com este fato, uma alternativa para os camponeses será a posse ou ocupação em terras virgens, como veremos mais adiante.

Maurício Vinhas (1968), apesar de analisar a Colônia e descrever a sua estrutura como um regime feudal — abordagem atualmente refutada pela historiografia brasileira —, observa que desde cedo, quando se processou a ocupação e colonização do país, foi institucionalizado o monopólio de terras e que esta monopolização se prolongou por muito tempo. De acordo com as palavras de Vinhas:

País colonial, em virtude da subordinação econômica, jurídica, militar e política à metrópole. A Coroa possuía, doava e tomava as terras, determinava o caráter da produção; determinava o caráter e o sentido do comércio, etc. Determinava o tipo da mão-de-obra. Legislava sobre as relações de produção e outros aspectos essenciais da vida econômica e social. (VINHAS, 1968, p.14)

Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva (1981) mostram que o período colonial — em sua subordinação à metrópole, tendo sua economia agrária

caracterizada pelo regime de grandes propriedades, pelo escravo e pela monocultura de produtos tropicais voltados ao mercado externo — contribuiu e foi fonte de males históricos para o país. Estes autores dizem ainda que as instituições e os elementos formativos da economia e da sociedade da época persistiram ao longo do século XIX, e quem sabe, em algumas de suas características, até praticamente o presente.

Em meio a sua complexidade, algumas outras características poderiam ser atribuídas à Colônia. Conforme Linhares e Silva (1981), a Colônia possuía um caráter rural, uma extrema precariedade no comércio interno e uma estrutura de consumo que refletia a hierarquia entre ricos e pobres, senhores e escravos do mundo rural. Na economia rural, conforme os autores predominavam alguns gêneros e mercadorias de luxo para os ricos, enquanto a mandioca era um gênero básico de alimentação para os pobres.

A partir da perspectiva de uma sociedade colonial baseada em senhores e escravos, surge uma série de questões acerca da população livre da colônia. Quem era essa população? Quais suas características sócio-econômicas? Quais suas alternativas de subsistência? Diante dessas indagações, Silva (1980) salienta que não havia só senhores e escravos na Colônia, indicando algumas alternativas de sobrevivência da população livre, dentre as quais as formas ilícitas — mendicância ou indigência —, a aliança com senhores poderosos ou ainda o ocupar-se de pequenas faixas de terra para delas extrair o sustento básico. Esta última alternativa é a que permeia a discussão deste artigo.

Do ponto de vista da historiografia brasileira, apesar de seu desenvolvimento nas últimas décadas, a história dos pequenos proprietários rurais livres é por vezes marginalizada, não obstante o fato de surgidos à margem da economia escravista, terem crescido em importância juntamente com ela. Conforme Stuart Schwartz, “*Embora tenhamos agora um panorama relativamente completo da escravidão brasileira, os pequenos proprietários rurais livres permanecem marginais nos estudos do brasileiro, em geral sujeitos a diversas interpretações e rótulos.*” (SCHWARTZ, 2001, p. 124). Nesta mesma perspectiva, Francisco Foot Hardmann e Victor Leonardi (1982), ao analisarem alguns aspectos da questão agrária no Brasil do século XIX, comentam que em poucos países o pequeno agricultor foi tão pilhado e oprimido historicamente e tão esquecido pelos pesquisadores como no Brasil, apesar de ter sido ele o responsável por boa parte da produção de alimentos consumidos pelas pessoas da época.

Também Linhares e Silva mostram como a atividade camponesa, com a agricultura de subsistência e os mecanismos de formação do mercado interno, recebeu pouca atenção e desprezo nas pesquisas. Os mesmos chegam a relatar que estudar a

agricultura de subsistência e seus mecanismos equivale a desvendar a face “*escondida*” do Brasil. Segundo esses historiadores, o estudo da agricultura de subsistência tem face oculta ainda no Brasil, por vezes está “*escondida atrás da Casa Grande (por vezes da Senzala), do ouro das Gerais, do café, ou outro produto rei, dos coronéis do sertão*” (LINHARES; SILVA, 1981, p.119) revelando a minoria dominante. Os mesmos autores salientam a importância da historiografia romper com os discursos oficiais tradicionais, para deste modo pensar e refletir todos os grupos sociais como agentes construtores da história:

Vemos, assim, essa visão local e profunda como o caminho, no atual estágio da historiografia brasileira, para renovação daqueles conhecimentos, menos comprometidos com os discursos oficiais da documentação tradicional e mais preocupados com as ações dos homens de todos os grupos sociais, e não somente alguns deles, - nos seus multifacetados modos de viver em comum e pensar. (LINHARES; SILVA, 1981, p.118)

Sobre essa mesma questão, Maria Sylvia de Carvalho Franco (1983), ao analisar os homens livres pobres do século XIX com enfoque para a civilização do café nas áreas do Vale do Paraíba, no Rio de Janeiro e em São Paulo, destaca-se pelo caráter inovador de sua obra, relevante pelo fato de trazer os sujeitos pobres livres para o contexto histórico.

De acordo com Foot Hardmann e Leonardi (1982), os pequenos produtores sempre foram esquecidos pela historiografia tradicional; essa exclusão historiográfica tem sua origem nas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas desse segmento, pois as classes dominantes da época consideravam-nos como preguiçosos, dentre outras mais rotulações negativas. Nesse sentido, ao analisar a mentalidade dos fazendeiros no Congresso Agrícola de 1878, Peter Eisemberg (1989) constata que havia entre os fazendeiros uma visão pejorativa em relação aos colonos e trabalhadores livres nacionais.

De acordo com Linhares e Silva, desvendar a “*face oculta*” do Brasil se faz necessário dentro da historiografia brasileira. Estes autores destacam ainda que, no estudo e pesquisa da produção de subsistência na história da agricultura colonial, é preciso ater-se a duas ordens de fatores:

a) a situação colonial/mercantil, dentro da qual ocupa papel secundária, b) aqueles que lhe são peculiares, como a pequena produção realizada por lavradores, com ou sem terra, apoiados no trabalho familiar, embora relacionando-os com a agricultura exportadora, com a evolução urbana e as condições internas da colônia. (1981, p.118)

Por seu turno, Schwartz (2001) considera que, na história do Brasil, os roceiros, entre outras categorias que praticavam a agricultura de subsistência, tiveram papel ativo no

contexto colonial. Equivocadamente foram categorizados como população telúrica, fixada no interior. Salienta também que, desde a instituição da população rural livre de pequenos agricultores, arrendatários e dependentes, estes permaneceram sem rosto, muitas vezes até sem nome, e durante muito tempo foram obrigados a ver a história passar por eles. O autor chama a atenção para o fato de que estes indivíduos raramente eram chamados de camponeses. Vários termos eram usados para se referir a eles, como, por exemplo, matutos, caipiras, dentre outros. Esse historiador brasileiro assinala por fim que a historiografia brasileira de modo geral deixa a desejar no estudo da agricultura praticada pelos camponeses e suas relações com a colônia. Ele alerta sobre a necessidade e a relevância de se estudar e pesquisar este grupo que ainda permanece um tanto quanto obscuro no campo historiográfico brasileiro.

A gênese camponesa

O Brasil era um grande empreendimento colonial cuja característica, durante mais de 300 anos, foi a lavoura, a mineração e a economia de exportação. A escravidão era a forma predominante de trabalho, mas sempre a margem da economia de exportação e, com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa. (SCHWARTZ, 2001, p.123)

Em meio ao contexto colonial, conforme a afirmação supracitada, fazer-se-á presente uma população rural livre que constituiu historicamente uma classe camponesa. Mas é salutar, como ponto central da discussão, definir o que se entende por “camponês” ou, para utilizar categorias marxistas, o sujeito que pratica o modo de produção camponês.

Nesse sentido, os critérios de Silva são interessantes para se pensar o conceito de camponês. Diz o autor:

[...] São quatro elementos fundamentais para defini-lo: a) utilização do trabalho familiar, ou seja, a família se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou de parte deles; c) produção direta de parte dos meios necessários à subsistência, seja produzindo alimentos para o auto-consumo, seja produzindo (alimentos ou outras mercadorias) para a venda [...]; d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção como mercadoria [...]. (SILVA, 1980, p.3)

Na obra *O Campesinato Brasileiro*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973), também há uma definição parecida com a de Silva. A autora salienta que, economicamente, define-se o camponês pelo seu objetivo de plantar para o consumo, mas não que este não possa produzir para vender o excedente. De acordo com Queiroz, há alguns traços que diversos autores usam para definir o campesinato, ou seja, a atividade camponesa. Estes traços são os seguintes:

[...] o camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel quando não é proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor. O caráter essencial da definição do camponês é, pois, o destino dado ao produto, pois este governa todos os outros elementos com eles correlatos. Assim, dificilmente cultivará grandes extensões de terra, por outro lado, não sendo a colheita destinada à obtenção de lucro, não deve ela ultrapassar certo nível de gastos a fim de não onerar a disponibilidade econômica familiar — de onde se empregar preferencialmente sistema de cultivo e instrumentos rudimentares, e se utilizar à mão-de-obra familiar. (1973, p. 29)

Mas como surgiram esses camponeses? A metrópole favorecia o campesinato colonial? Linhares e Silva nos levam a refletir sobre algumas possibilidades da gênese camponesa na Colônia, observando como essa população livre foi se estabelecendo e se configurando enquanto camponeses:

Se é verdade que o mecanismo de doação de terras do Estado português nunca favoreceu a formação de um amplo campesinato nas terras coloniais, também é verdade que inexistia qualquer aparelho de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação intrusiva de terras virgens. [...] Nada, porém, impedia que homens livres pobres ou negros fugidos fossem, aos poucos, se interando nos sertões e estabelecendo suas roças ao longo do caminho [...]. (1981, p.130)

Em contrapartida, Alberto Passos Guimarães (1989), com sua visão centrada na comprovação da existência do feudalismo na colônia, considera que o campesinato brasileiro só surgiria depois do século XIX com a vinda dos imigrantes europeus para as regiões meridionais. Segundo o autor, a pequena propriedade no Brasil só irá aparecer consolidada durante o primeiro quartel do século XIX

Apesar de crer na existência do campesinato “tardio” em regiões brasileiras, Guimarães salienta a importância da questão do posseiro ou intruso no desenvolvimento e surgimento da atividade camponesa na Colônia. O mesmo autor relata que os posseiros e intrusos podem ser considerados os agentes precursores da pequena propriedade camponesa:

Todavia, muito mais importante que a do colono, nesse mesmo processo, a que este também mais tarde se incorpora, é a figura do posseiro ou intruso, principalmente o posseiro ou intruso nativo, que enfrenta, primeiro, o poder latifundiário, desde tempos mais recuados, quando nenhuma Lei o protege, nada senão sua própria audácia o ampara. (GUIMARÃES, 1989, p.113)

É interessante analisar que, dentro do sistema escravista e na produção voltada para a exportação, surgiram, de acordo com Linhares e Silva, atividades que poderiam se denominar protocamponesas, típicas de uma “brecha camponesa”. Nessas brechas, os escravos obtinham de seus senhores dias para produzir alimentos para sua própria subsistência; e também, em algumas circunstâncias, vender seus excedentes.

Maria Yedda Linhares, na obra *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*, analisa a questão do abastecimento interno na colônia, descrevendo a existência de uma pequena produção nos quadros do sistema escravista. A autora relata que esse fato não se deu de forma isolada ou em tempos esparsos, mas teve uma certa continuidade: “*Há indícios, pois, de que a prática camponesa dentro do sistema escravista não estaria confinada a momentos restritos e esporádicos ou a conjunturas específicas.*” (LINHARES, 1979, p.90). No decorrer do período colonial, a prática camponesa entre os escravos podia ser considerada comum em algumas localidades. Não era raro observar um escravo cultivando um pedaço de terra com o aval do senhor. Na legislação colonial, de acordo com Linhares e Silva, aparece constantemente a determinação de que o sábado livre fosse destinado para que os cativos pudessem produzir os seus próprios alimentos e que os senhores reservassem terras para o plantio de mandioca: “*Não é raro, sobretudo no campo, ver entre nós cultivarem escravos para si terras nas fazendas dos senhores, de consentimentos destes, fazem seus todos os frutos, que são seu pecúlio.*” (MALHEIRO, Apud LINHARES; SILVA, 1981, p.131)

Ainda nesta mesma perspectiva, Stuart Schwartz (2001) discute a “brecha camponesa”. Nesta reflexão, diz que com os preços fortes para exportação brasileira, os agricultores estavam mais relutantes em cultivar alimentos pela própria força de trabalho, preferindo, pelo contrário, comprar o que fosse necessário para incentivar os escravos a plantarem seus próprios alimentos. Em relação a esta prática da “brecha camponesa”, há indícios de que esse costume de permitir que os escravos cultivassem suas próprias safras existiu pelo menos por volta do século XVII; porém Schwartz ressalta que é provável que ela tenha sido praticada com mais intensidade em alguns lugares e épocas. O autor comenta que grande parte dos indícios das ações desses “escravos camponeses” provém de fins do século XVIII e do século XIX.

Linhares e Silva nos remetem a discutir que não existia apenas uma única forma de produção de subsistência na Colônia. Apontam, então, para a existência de todo um segmento que vivia à margem dos latifúndios, profundamente vinculados a estes, devendo atender suas necessidades não apenas como meio de renda para sua subsistência, mas também norteando suas atividades produzindo cana, a fim de garantir uma normalidade numa relação cuja tensão era evidente.

As palavras de Linhares e Silva levam a refletir a respeito desse complexo segmento de lavradores que praticava uma agricultura para auto-consumo, também tendo compromisso de produzir cana para os grandes proprietários canavieiros, por vezes até gêneros alimentícios. Segundo a compreensão dos autores:

De qualquer forma, o fundamental a reter é que esses chamados “lavradores de cana obrigada” não eram exclusivamente produtores de cana mas, como se vislumbrava em Antonil, também produziam alimentos para seu auto-consumo e, ainda para um fornecimento eventual às grandes unidades. (LINHARES; SILVA, 1981, p.134)

Vera Lúcia do Amaral Ferlini (1988), quando discorre sobre a complexidade da relação entre “Senhores e Lavradores”, pontua que, devido ao momento de escassez de gêneros alimentícios na Colônia, em 1688 foi expedida uma ordem obrigando os lavradores de cana, sendo eles “obrigados” ou não, “*a plantar 500 covas de mandioca por escravo*”. (p.214) Este fato é citado apenas para elucidar que, possivelmente, os lavradores de cana também se dedicavam ao tipo de atividades camponesas, produzindo seus próprios alimentos e, esporadicamente, produzindo até para as grandes propriedades.

Partindo da ótica de Linhares e Silva, pode-se dizer também, conforme José Graziano da Silva, que a atividade com caráter camponês estava presente em meio ao contexto colonial, e que a mesma se dava nos mais variados cantos da terra, apresentando peculiaridades locais de acordo com cada região e em vista das mais variadas adversidades.

Nesse mesmo sentido, Queiroz (1973) enfatiza que, na verdade, houve sempre em todos os tempos um campesinato livre no território brasileiro, relacionando-se tanto com os latifúndios monocultores quanto com as criações de gado, e tendo ao seu cargo o relevante papel da produção e do abastecimento de alimentos para essas próprias “empresas” e para os povoados.

Agricultura de Subsistência e abastecimento interno

Coube à agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial, um papel secundário e subordinado. Como já ficou evidenciado neste texto, a colônia, em sua vasta extensão, foi dividida em grandes lotes de terras, a fim de serem exploradas de acordo com o interesse da metrópole e da burguesia mercantil. Exploração essa que, de início, foi propiciada com a monocultura do açúcar.

Nesse sentido, Francisco Foot-Hardman e Victor Leonardi (1982) pontuam que, até a segunda metade do século XIX, as grandes propriedades estiveram voltadas a cultivarem produtos como açúcar, café, fumo e algodão, no intuito de vendê-los ao mercado externo. De acordo com estes autores, poderia haver muitas pequenas propriedades; no entanto, o que predominava no aspecto econômico era o latifúndio, a grande propriedade agro-exportadora.

Mas o que pensar sobre o abastecimento interno? O que possivelmente pensavam e como agiam os grandes latifundiários em relação à produção de alimentos? Quem eram necessariamente os provedores desses alimentos? Observemos que a política de abastecimento interno, principalmente com gêneros alimentícios, não tinha respaldo frente aos grandes latifundiários, havendo até mesmo certa negligência da metrópole em relação ao assunto. É justamente nesse contexto que os agentes que praticavam a agricultura de subsistência e também vendiam o excedente de sua produção, teriam um papel relevante no abastecimento interno da Colônia.

Linhares, tratando a questão do abastecimento interno, enfatiza que a Coroa sempre se preocupava em garantir a subsistência de seus vassalos e súditos por uma questão de ordem social de Estado. Mas essa mesma política encontrava resistência por parte dos latifundiários. Sendo assim, não era atendida por interesses econômicos superiores do grande comércio e da grande lavoura comercial.

Linhares e Silva descrevem que a própria legislação portuguesa favorecia as atividades mais rendosas economicamente, tratando a produção de alimentos com desprezo, inserindo-a em sua economia com um papel secundário e subordinado. Estes autores elucidam que:

A produção de subsistência desenvolvida, quer nas grandes unidades para auto-abastecimento [...] quer nas pequenas e médias propriedades, com capacidade de produzir excedentes para a alimentação de núcleos urbanos, teve, como não

poderia deixar de ter tido, uma considerável importância interna, por outro, ela somente mereceu a atenção do poder colonial nos momentos críticos. (LINHARES; SILVA, 1981, p.117)

Nessa perspectiva, é interessante observar a preocupação da Coroa portuguesa e a resistência da aristocracia latifundiária em relação à produção de alimentos:

A preocupação com a produção de alimentos se estende, se for considerarmos como eram comuns as crises de abastecimentos na Colônia, especialmente nos momentos em que o preço do açúcar se tornava mais compensador e os proprietários concentravam os escravos na produção de cana, limitando ao máximo a produção para subsistência. Este fato obrigou a Coroa portuguesa, inclusive, a baixar uma lei forçando os colonos a plantarem a mandioca, bem como os outros gêneros alimentícios, embora tais decretos nem sempre tenham sido cumpridos ao pé da letra. (SILVA, 1980, p.18 apud MENDES Jr., 1976, p.100)

Indo ao encontro das considerações de Silva, Vera Ferlini relata que de forma semelhante ao que ocorrera em 1688, as próprias províncias em 1712 advertiam aos senhores e lavradores de cana a plantarem gêneros alimentícios, devido à escassez de alimentos na época:

[...] o governo da Bahia ordenava novamente que os lavradores de cana, os lenhadores e senhores de engenho fossem obrigados a plantar quinhentas covas de mandioca por escravo. Excetuavam-se apenas aqueles que, comprovadamente, não dispusessem de terra para fazê-lo. Na mesma época, passava-se ordem ao juiz do povo de Salvador, ordenando-se a proibição de envio de gêneros alimentícios a outras regiões, devido à falta na Bahia. (FERLINI, 1988, p.214-215)

Em suma, à organização da produção colonial destinada ao comércio da metrópole “*contrapõe-se um relativo espontaneísmo da atividade agrícola voltada para o consumo da população local*”. (LINHARES, 1979, p.87). Em se tratando das terras que os camponeses cultivavam para a agricultura de subsistência, Silva (1980) relata que, geralmente, eram as piores terras, sendo que as mais férteis se encontravam apropriadas pelos grandes proprietários. O próprio Silva acentua que o campesinato praticado no período colonial era muito pobre, e a agricultura de subsistência expandia sua produção de forma extensiva, com baixos índices de tecnificação, muitas vezes com posse transitória da terra. Na maioria dos casos, nessas terras os camponeses limitavam-se a produzir gêneros alimentícios para sua própria subsistência, exceto aqueles que produziam a mais, podendo vendê-los no incipiente mercado interno.

É necessário, ao estudar a agricultura de subsistência, compreender que a mão-de-obra familiar é usada de forma intensiva. Silva (1980) alerta que é necessário

estabelecer que essa agricultura não se dá apenas em uma relação de produção de alimentos, e não se deve confundir agricultura de subsistência com auto-consumo. Essa agricultura pode envolver ao mesmo tempo um excedente de produção destinado ao mercado, não implicando no completo auto-abastecimento.

Conforme Silva, a cultura de gêneros alimentícios não era a única atividade dentro da esfera camponesa, o fumo ou a cultura do tabaco apesar de estar mais perto da grande lavoura exportadora do que uma lavoura camponesa, era acessível também aos pequenos lavradores, que poderiam empregar como mão-de-obra toda a família, “o beneficiamento do fumo pouco exigia em instalações e a quantidade de terra necessária era pequena”. (SILVA, 1980, p.23)

Independentemente de ser ou não exclusivamente produtora de alimentos, a atividade camponesa teve um papel fundamental na questão de abastecimento interno colonial, principalmente na questão de alimentos. Assim, é possível dizer, de acordo com as análises de Silva, que a preservação do minifúndio assegurava o abastecimento das feiras e dos armazéns, apesar das condições precárias que enfrentavam os pequenos agricultores.

Na compreensão de Foot-Hardman e Leonardi (1982), não só no período colonial como durante todo o século XIX a atividade camponesa com a agricultura de subsistência, e também com a venda de excedentes, parece ter sido muito mais significativa do que se pensava. Fazendo referência ao relato de um viajante inglês, George Gardner, que percorreu o interior nordestino, estes autores chamam a atenção para a relevância dos pequenos agricultores em face do abastecimento interno local com as chamadas feiras. Dizia o viajante:

(...) me surpreendi com a variedade de artigos para a venda, embora fossem compostos, principalmente, de gêneros alimentícios e de peças de vestuário. Entre outros, de importância menor, observamos uma abundância de farinha de mandioca, charque, grandes peixes, rapadura, mel em sacolas, carne fresca, banana, sabão, sapatos, algodões simples, cordas feitas de fibras, fumo, utensílios de barro para a cozinha (...). (Apud FOOT-HARDMAN e LEONARDI, 1982, p.41).

No Brasil Colônia, em se tratando da questão do abastecimento interno com gêneros alimentícios, “a partir da segunda metade do século XVII, passaram a ser freqüentes as queixas contra a escassez de mantimentos nos centros urbanos” (LINHARES; SILVA, 1981, p.124). A atividade camponesa produtora de gêneros alimentícios tornou-se a retaguarda da atividade latifundiária, que é toda voltada para a metrópole. Nessa posição de retaguarda da atividade latifundiária é que Schwartz afirmará que, historicamente, a agricultura de subsistência e a de exportação estavam intimamente ligadas, numa relação

um tanto quanto complexa, tendo várias dimensões no processo histórico. Segundo ele, “*eram de fato, duas faces da mesma moeda*” (2001, p.125). O autor salienta ainda que o surgimento de uma população rural livre e o desenvolvimento de um mercado nacional de gêneros alimentícios facilitou a expansão da lavoura de exportação.

Schwartz nos leva a refletir sobre a importância dos roceiros e da relação que eles tinham com o abastecimento interno: “[...] *os roceiros havia muito eram definidos como provedores de alimentos. O papel fundamental de alimentar as cidades, os garimpos e as lavouras pertencia à população rural livre, mas o pão de cada dia variava regionalmente.*” (SCHWARTZ, 2001, p. 126). Por meio desta afirmação, o autor elucida o papel fundamental dos roceiros como provedores de alimentos. Mas qual era a dieta alimentar do período? Quais alimentos eram comuns nos lares coloniais?

O próprio Schwartz comenta que, em relação aos gêneros alimentícios, a Colônia podia ser dividida em duas zonas: a zona rural da mandioca e a zona rural do milho, já que estes dois alimentos eram os principais, sendo a base da dieta na maioria dos lugares. Relata o autor que ambos foram cultivados em todo o período colonial, sendo que a mandioca era o alimento preferido do norte e nordeste. Ao ser transformada em farinha, era o principal ingrediente de pudins, pães, etc. O milho, por sua vez, era cultivado em maior proporção na região de São Paulo em direção ao Sul, onde este geralmente era transformado em fubá.

No âmbito da proporção e quantidade, a farinha de mandioca era o alimento básico e fundamental no período colonial. É evidente que não só se produzia a mandioca e o milho, porém estes eram comuns na realidade da época. É interessante pensar, entretanto, que a classe dominante provavelmente tinha recursos para comprar outros alimentos não tão comuns naquele contexto.

De acordo com as análises de Silva (1980), as autoridades responsáveis pelo abastecimento interno da Colônia estimulavam os sítiantes a plantarem mais, gerando um excedente destinado a alimentar a população dos povoados, os tropeiros, etc... Nesta questão do abastecimento interno, Linhares pontua que as Câmaras Municipais tinham poderes bastante amplos, podendo regulamentar feiras e mercados da terra, dentre outras atividades.

É interessante observar que no abastecimento interno colonial, em meio aos centros urbanos e no próprio setor agrícola, a produção de gêneros alimentícios de fácil cultivo, como o milho, feijão, abóbora, dentre outros cultivados pelos pequenos produtores com caráter de subsistência, contribuiu também para alimentar as regiões mineradoras: “[...]”

não havia uma estrutura produtora de alimentos destinada a população mineradora. A ela eram destinados os alimentos produzidos pelas pequenas roças em regime de subsistência.” (SILVA, 1980, p.21) Este autor salienta que a agricultura mineira era quase exclusivamente de subsistência, e que a região das Minas viveu praticamente sustentada por uma agricultura voltada ao mercado interno.

Na Colônia, *“com a crescente procura de gêneros de subsistência, à qual a agricultura do latifúndio já tinha mostrado incapaz de atender”* (GUIMARÃES, 1989, p.122), a agricultura de subsistência praticada em caráter de campesinato se desenvolveu apesar de todas as adversidades, assumindo um papel significativo no abastecimento do mercado interno, destacando-se principalmente na produção de gêneros alimentícios: *“Na verdade, a pequena produção com base em relações de produção não capitalistas é responsável em nosso País por grande parte dos gêneros alimentícios básicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor agrícola.”* (SILVA, 1980, p.8) Nas palavras deste último autor, é interessante observar o papel relevante que os pequenos agricultores tiveram em meio ao contexto colonial na questão do abastecimento interno.

Nessa perspectiva, em vista do que vem sendo discutido, é imprescindível que a historiografia brasileira não feche os olhos para esses sujeitos, já que há ainda uma infinidade de saberes a serem constituídos acerca dos pequenos proprietários rurais livres na Colônia, e em outros tempos, os quais desenvolviam a prática do campesinato simultaneamente e à margem da lavoura de exportação.

Considerações Finais

Na Colônia, o campesinato, conforme a historiografia tradicional, esteve, na maioria das vezes, ou quase sempre, subordinado à metrópole e aos latifundiários. Mas, em meio a tantos obstáculos, a atividade camponesa se fez presente de diversas maneiras por todo o espaço-tempo colonial, fosse através da posse, ao redor dos latifúndios, com as chamadas canas obrigadas, ou até mesmo no interior dos latifúndios escravistas, com a “brecha camponesa”. É salutar pontuar que os “escravos camponeses” tinham mais limitações que os pequenos lavradores livres, fato este devido a sua própria condição de cativo na sociedade.

Em meio à complexidade do problema do abastecimento interno, em vista de todo o desprezo dos latifundiários em relação à produção de alimentos, os pequenos produtores rurais ocupariam um papel ativo e fundamental no abastecimento interno da Colônia, produzindo principalmente gêneros alimentícios.

Este artigo, a partir de uma análise bibliográfica, buscou compreender como se deu uma alternativa de sobrevivência que pode se dizer ocultada durante o período colonial e, possivelmente ainda durante muitas décadas. Essa temática foge um pouco do olhar centrado apenas no senhor e no escravo, na Casa Grande e Senzala, no açúcar ou em outro “produto rei”, conforme diziam Linhares e Silva (1981), para se entender os sujeitos e suas ações no abastecimento interno da Colônia Portuguesa. Nota-se que a maior parte da historiografia brasileira, apesar de seu desenvolvimento nas últimas décadas, por vezes deixa a desejar no que tange ao estudo dos camponeses ou àqueles agentes econômicos que praticavam a agricultura de subsistência.

Referências bibliográficas

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: momentos decisivos*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil — século XVIII e XIX*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. *Terra, trabalho e poder. O mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FOOT-HARDMANN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 1982.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Kairos, 1983.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura Brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial, in MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: DIFEL, 1984.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: artigos sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, José Graziano da (Org.). *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1980.

VINHAS, M. *Problemas Agrário-camponeses do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

Recebido em: 27/03/2007

Aprovado em: 14/05/2007